

#### 4. UM BREVE HISTÓRICO DOS PROCESSOS AVALIATIVOS IMPLANTADOS NA UFG<sup>1</sup>

A Universidade Federal de Goiás implantou o seu primeiro processo de avaliação institucional em outubro de 1994. Um de seus objetivos foi o de congregar e dar prosseguimento aos vários processos isolados de avaliação que já existiam no interior da instituição e utilizou como referencial para a implantação o Documento Básico: Avaliação das Universidades Brasileiras – Uma Proposta Nacional, divulgado pela SESu/MEC em 26 de novembro de 1993 e parte do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), que propunha a adoção de uma sistemática de avaliação institucional da atividade acadêmica que deveria ser desenvolvida tendo-se em conta os seguintes princípios:

- a) Aceitação ou conscientização da necessidade de avaliação por todos os segmentos envolvidos;
- b) Reconhecimento da legitimidade e pertinência dos princípios norteadores e dos critérios a serem adotados;
- c) Envolvimento direto de todos os segmentos da comunidade acadêmica na sua execução e na implementação de medidas para a melhoria do desempenho institucional.

A proposta do PAIUB veio ao encontro de uma “vontade” institucional de estabelecer processos de avaliação, expressa, por exemplo, na elaboração e implementação de diversos processos de levantamento de dados destinados à coleta de informações que refletissem o conjunto da universidade e que permitissem o acompanhamento das atividades docentes, a apuração de custos, o desempenho da atividade técnica e administrativa exercida pelos servidores técnico-administrativos e docentes e neste caso, a avaliação realizada pelos estudantes, para efeito de progressão funcional. Com essas finalidades os seguintes processos já estavam implantados na UFG:

- a) Em 1989 foi instituído o Sistema de Informação da UFG –SIUFG, o Sistema de

---

<sup>1</sup> Texto elaborado com partes dos seguintes documentos: Avaliação Institucional na UFG de 1994 a 1996, UFG, 1997; Avaliação Institucional da UFG um projeto para o biênio 1996-1997, UFG, 1996. COSTA, E.M.B. *Avaliação na UFG: uma meta-avaliação*. Monografia aprovada pela Cátedra Unesco de Educação à Distância-UnB, Brasília, 1998; *Avaliação Institucional: uma mudança em curso Projeto 2000*; *Avaliação Institucional: Uma Mudança em Curso*. Relatório 1998-2001, UFG 2002; RIBEIRO, C.M. E COSTA, E.M.M. *Avaliação Institucional: o desenvolvimento humano enquanto percurso e destino*. RAIES-v.7, n.4 dez 2002,p165-175. *Avaliação Institucional: Uma Mudança em Curso*. Relatório 2002-2003, UFG 2004; OLIVEIRA, E. R. *Avaliação institucional na UFG*. 2005; *Auto-Avaliação Institucional UFG 2001-2005*, UFG 2006.

- Apuração de Custos – SAC, o Sistema de Controle Acadêmico – SCA e o Sistema de Análise de Desempenho dos Servidores Técnico-Administrativos;
- b) Em 1990 foi implantada a resolução do Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa – CCEP, que dispunha sobre normas e critérios da avaliação docente, com vistas à progressão horizontal dos professores da carreira do magistério superior da UFG;
  - c) Em 1991 foi instituído o Sistema de Atividade Docente – SAD;
  - d) Em 1992 foi implantada a resolução do CCEP que estabelecia a aplicação, na totalidade da instituição, do instrumento de Análise de Desempenho da Atividade Técnica e Administrativa a todos os servidores técnico-administrativos e aos docentes em exercício de funções de chefia.

Foram implantados, ainda, com base em critérios de mérito, alguns modelos de natureza gerencial: em 1990, o Modelo de Alocação de Recursos Financeiros entre as Unidades Acadêmicas e em 1993, o Modelo de Alocação de Vagas Docentes.

Foi, portanto, nesse contexto que a UFG se dispôs a elaborar o seu projeto de avaliação institucional enfocando a graduação, num primeiro momento, por considerar que “o desenvolvimento de uma metodologia global pode iniciar-se com ênfase na área do ensino de graduação ainda que incluindo, nos instrumentos e indicadores, os aspectos relativos ao conjunto da instituição. O processo pode desenvolver-se conquistando graus de profundidade crescentes nas demais dimensões das atividades-fim da instituição, bem como em relação à gestão universitária.”, como especificado no Documento Básico: Avaliação das Universidades Brasileiras – Uma Proposta Nacional. Naquele momento optou-se por deixar para etapas posteriores uma avaliação sistemática e vertical da pesquisa, da pós-graduação, da extensão e da administração. Como preconizava o documento da PAIUB, mesmo dando ênfase ao ensino de graduação, foi possível incluir nos instrumentos e indicadores as demais dimensões da atividade universitária e, neste aspecto, o conjunto de informações disponibilizadas nos sistemas referidos anteriormente foi de grande utilidade.

Ao apresentar o primeiro projeto para análise do então Comitê Assessor do PAIUB, em março de 1994, afirmava-se que “o presente projeto apresenta um conjunto de ações planejadas para a primeira etapa de um processo que, a médio prazo, deverá se tornar sistemático e completo na Universidade. Nesta primeira etapa, a avaliação dos cursos de graduação seria feita por meio de processos de avaliação interna e externa. Na avaliação interna, além da análise da estrutura curricular em si, seriam analisadas as atividades concretas de cada curso, com envolvimento direto de docentes e discentes e com levantamento de dados quantitativos e qualitativos, que seriam

consolidados em relatórios finais de caráter interpretativo. A avaliação externa, a ser feita após este trabalho de diagnóstico interno, basear-se-ia nestes relatórios e ampliará o campo de consulta, incluindo egressos, órgãos de classes, sociedades científicas etc.”

Em outubro de 1994 foi instalada a Comissão de Avaliação Institucional da UFG – CAVI, conforme estava previsto no projeto encaminhado ao MEC e muitas ações se efetivaram:

1. Foram aplicados questionários, um para o professor e outro para os alunos, contendo questões objetivas e abertas a respeito das disciplinas curriculares;
2. Houve a consolidação das informações em um banco de dados denominado Sistema de Avaliação Institucional – SAI e os relatórios foram encaminhados aos coordenadores de cursos e diretores de unidades acadêmicas;
3. Uma comissão de especialistas coordenou a Análise da Resolução Curricular dos cursos de graduação emitindo pareceres fundamentados que examinavam as seguintes vertentes: integração do ensino, pesquisa e extensão; definição do perfil do profissional a ser formado; ênfase dada ao núcleo epistemológico do curso; ênfase dada à estrutura básica de cada disciplina e concisão e verticalidade do currículo;
4. No final de 1995 foram aplicados questionários de avaliação dos cursos pelos alunos e pelos docentes, com a participação de professores, chefes de departamentos, coordenadores de cursos, presidentes de colegiados, diretores de unidades acadêmicas e alunos da última série dos cursos;

- Em maio de 1996 a UFG elaborou um projeto de avaliação institucional que procurava incorporar outras dimensões ao processo que estava em curso, no contexto do PAIUB. Essas dimensões seriam as seguintes: pesquisa e pós-graduação; extensão e administração

- Os cursos Medicina Veterinária, História, Engenharia Civil, Química, Ciências Biológicas e Farmácia foram alvos de avaliações externas no ano de 1997 por comissões constituídas por representantes de associações de classe, empresas e profissionais com experiência relevante na área e pares da comunidade acadêmica e científica e consideraram: perfil profissional; enfoque curricular; organização, funcionamento e gestão do curso; infraestrutura de apoio; recursos humanos; qualidade do corpo docente; disciplinas

e atividades optativas; qualidade do corpo discente; eficiência e eficácia do curso; integração com a sociedade; qualidade geral do curso e aspectos curriculares;

Ainda em 1997, a CAVI sentiu necessidade de auto-avaliar-se e um de seus membros em função da realização de um trabalho de conclusão de pós-graduação *latu sensu*, pela Cátedra Unesco, desenvolveu uma meta-avaliação do processo de avaliação em curso e apontou a necessidade de correção de rumos e sugestões para um melhor encaminhamento do processo:

- Criar uma home page referente ao processo de avaliação desenvolvido na UFG e providenciar um e-mail para maior intercâmbio entre a CAVI e demais comissões similares de outras instituições nacionais e internacionais, minimizando a falta de comunicação;
- Reivindicar para a CAVI representação nos Conselhos Superiores da Universidade para exposição, defesa e agilização de assuntos referentes à avaliação, bem como, retransmissão mais rápida de informações à comunidade através dos membros dos Conselhos;
- Descentralizar as ações da CAVI com a criação de comissões setoriais nos cursos, com pelo menos três membros sendo um deles o coordenador do curso, para auxiliarem no planejamento e execução do processo, gerando dessa maneira maior comprometimento;
- Investir no aumento da sensibilização com visitas pela CAVI às Unidades de Ensino, a fim de provocar na comunidade acadêmica a incorporação de ideias quanto à importância e necessidade da avaliação;
- Introduzir palestras sobre avaliação na Semana de Calouros e distribuir material de forte apelo visual durante as matrículas inclusive dos veteranos, para maiores esclarecimentos e sensibilização dos mesmos;
- Prosseguir com a avaliação externa dos cursos que ainda não a realizaram para complementação e enriquecimento do processo;
- Ampliar os procedimentos de avaliação estendendo-os a outros segmentos, visando abranger, além de alunos e professores, servidores técnico-administrativos e dirigentes para envolver toda a comunidade da instituição no processo;
- Espaçar a aplicação dos questionários, uma vez que, os dados obtidos mostram que não ocorreram mudanças significativas em aplicações consecutivas;

- Agilizar o retorno das informações com feedback freqüente para permitir aos docentes e dirigentes promover mudanças cabíveis;
- Estabelecer parcerias com órgãos da UFG, a fim de estender o processo de avaliação às demais dimensões previstas no segundo projeto, para tornar o processo de avaliação realmente institucional;
- Reavaliar continuamente o processo de avaliação para correção de rumos, se necessário.

De acordo com Pena Firme (2002) a meta-avaliação realizada pode ser considerada uma avaliação somativa/formativa pelo fato de ter sido realizada por um membro da própria equipe e no final do processo. Desta experiência na UFG Ribeiro e Costa(2002) registram que “após o primeiro momento PAIUB entre nós, experiência rica e que nos trouxe até aqui, tivemos uma desarticulação da equipe de avaliação, em 1997”.

A falta de apoio do MEC à continuidade do PAIUB e com a introdução do Exame Nacional de Cursos, mais conhecido como Provão, e, ainda, a mudança de gestão da universidade, que implementou uma outra visão para o processo avaliativo institucional, provocou uma mudança em seus rumos, em 1998. A partir de então, deu-se a recomposição da CAVI e incorporação da equipe da Avaliação de Desempenho(EMAI).O ponto de partida da CAVI/EMAI foi a meta-avaliação realizada na gestão anterior. Assim alguns professores, técnico-administrativos e alunos envolveram-se na construção coletiva de um modelo de avaliação global, tendo como foco o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão.

O processo de construção envolveu consultorias externas e internas, palestras, discussões e oficinas de trabalho, abertos a participação de todos os interessados, para delinear os valores/princípios, pressupostos e indicadores do presente projeto. Nasceu, assim, o projeto “*Avaliação institucional: uma mudança em curso*”, que visa avaliar resultados orientados por metas definidas em planejamentos coletivos, cujo pressuposto é: se o planejamento é coletivo, coletivos também serão os encargos, as obrigações decorrentes, bem como os compromissos com a sua execução.

Neste modelo de avaliação empregou-se fundamentalmente a metodologia qualitativa (grupos de enfoque) aliada aos benefícios de metodologia quantitativa (dados do Censo do Ensino Superior e avaliação da CAPES.) Os dados quantitativos/ secundários foram obtidos por consulta e análise de dados existentes na UFG. Estes indicadores quantitativos permitem ampliar/ comparar as inferências obtidas da abordagem qualitativa.

Este modelo de avaliação inclui duas dimensões: uma cognitiva/interna em que os

servidores (docentes e técnicos administrativos) e alunos realizavam uma autoavaliação. É importante registrar que a perspectiva da avaliação interna de uma IES centrada na autoavaliação, prescrita no SINAES começou a ser desenvolvida de forma pioneira pela CAVI-UFG. Na externa, o universo é representado por ex-alunos, ex-servidores, representantes do setor empresarial e outras categorias sociais. Em ambas, os avaliadores, reunidos nos chamados grupos de enfoque<sup>2</sup>, emitem juízos acerca das atividades da Universidade (ensino, pesquisa, extensão e gestão). Esta metodologia, usada na UFG, era inédita nas avaliações institucionais feitas nas universidades brasileiras.

A aplicação inicial da nova metodologia atingiu oito núcleos em uma etapa de avaliação-piloto, durante o qual consideraram-se as seguintes momentos: definição de metas, levantamento de necessidades de treinamento e de desenvolvimento, monitoramento/revisão de metas, avaliação interna (por docentes, discentes e técnico-administrativos) e avaliação externa.

Em 2002, encerrou-se o primeiro ciclo de avaliação<sup>3</sup> de oito unidades/órgãos, denominados núcleos avaliativos. Foram elaborados relatórios que mostram os resultados das discussões em cada um dos grupos de enfoque que foram constituídos, acrescidos de alguns indicadores quantitativos referentes ao local avaliado. Os resultados desse ciclo foram publicados em 2002, sob o título “*Avaliação Institucional: uma mudança em curso: 1998/2001*” e, apresentados no seminário Planejamento: Possibilidades de Ressignificação e Otimização do Trabalho, aberto a toda a universidade, em agosto de 2002. A PRODIRH, promotora do seminário, coordenou os debates sobre os resultados obtidos e concluiu-se pela proposta de que se deveria reestruturar as suas assessorias de avaliação, planejamento e informação sob uma única coordenação. Originou-se, então, o Programa de Gestão Estratégica (PGE), que articula planejamento, avaliação e informação.

Os primeiros resultados dessa articulação materializaram-se na inclusão, no calendário acadêmico, de um período destinado ao planejamento estratégico, além do pedagógico já existente e criação/construção e um Sistema de Informação Gerencial com os módulos de planejamento, avaliação e informação com indicadores fundamentais para avaliação e planejamento.

Em 2003, mais quatro novos núcleos (duas unidades acadêmicas e dois órgãos administrativos) foram avaliados, encerrando-se outro ciclo de avaliação. Apesar de serem poucos os núcleos avaliados, a maioria dos diagnósticos pode ser generalizada. Entre os resultados

---

<sup>2</sup> Os integrantes são eleitos por amostragem probabilística e representam uma amostra de um universo. O grupo é motivado por um mediador que conduz a discussão a partir de um roteiro semi-estruturado. Como forma de registro é utilizada a gravação em áudio e/ou vídeo, conforme a decisão do núcleo de avaliação. Cabe ao mediador, assessorado por um relator, a emissão de relatório referente à discussão de cada grupo. O número de grupos constituídos em cada núcleo de avaliação depende do universo e da composição deste, variando de dois a quatro grupos segundo a característica de cada núcleo.

<sup>3</sup> Considera-se um ciclo avaliativo o cumprimento das seguintes etapas: planejamento estratégico com definição de metas, levantamento de necessidades de treinamento e de desenvolvimento, monitoramento/revisão de metas, avaliação interna (por docentes, discentes e técnico-administrativos) e avaliação externa.

generalizáveis, destacam-se:

- (A) ausência de uma cultura consolidada de planejamento estratégico e avaliação institucional;
- (B) redução do contingente de servidores (técnicos e docentes) concomitante ao aumento da demanda de trabalho;
- (C) falta de motivação do quadro funcional o que pode agravar sobremaneira a situação acima colocada;
- (D) dificuldades nas relações interpessoais, sobretudo nas relações professor-aluno, professor-professor e professor-técnico administrativo;
- (E) existência de práticas corporativistas
- (F) dificuldades de comunicação interna e externa, possivelmente, uma das causas do desconhecimento da sociedade sobre o que é realizado na universidade em termos de pesquisa, extensão e formação pós-graduada;
- (G) desatualização e ineficácia da grade curricular da graduação e dificuldade de integração entre teoria e prática;
  
- (H) obstáculos, principalmente burocráticos, ao estabelecimento de parcerias com representantes da sociedade em projetos de pesquisa e de extensão.

O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, instituído pela Lei n. 10.861/2004, validou diversos aspectos do projeto *Avaliação Institucional: uma mudança em curso*, em desenvolvimento na UFG desde 1998. Participação coletiva, integração de todos os processos, diversidade, legitimidade, respeito, avaliação global de todas as atividades acadêmicas (ensino, pesquisa, extensão e gestão) e o caráter formativo coincidiram com a proposta do SINAES. Aliado ainda de que os pressupostos de planejamento coletivo, baseado na negociação de metas, de automonitoramento e de rigor ético (e também estético e político). Igualmente, coincidiram os procedimentos metodológicos delineados no SINAES, com uma abordagem qualitativa, aliada a dados quantitativos.

Em decorrência desta trajetória percorrida pela CAVI/PRODIRH e de, em 2004, o MEC implantar o SINAES, centrado na autoavaliação institucional e sugerindo metodologias interativas e determinando a criação de Comissão Propriária de Avaliação (CPA) em cada IES, a recém criada CPA (anexo 3) assumiu, na sua “Proposta de Auto-Avaliação Institucional” o projeto já em desenvolvimento, isto é, “*Avaliação Institucional: uma mudança em curso*”. As coincidências teórico-metodológicas entre ambos sustentaram a decisão de que ele fosse utilizado para gerar a

proposta da Auto-Avaliação Institucional da UFG.

A proposta da Auto-Avaliação Institucional da UFG apresentou além da autoavaliação desenvolvida pela CAVI, mais três auto-avaliações. A primeira refere-se aos dados quantitativos/2004 gerenciados pelo Programa de Gestão Estratégica presentes nos bancos de dados da UFG, transformados em indicadores quantitativos, por Unidades Acadêmicas, a segunda é o Censo da Educação Superior/INEP/UFG, organizado por Unidade e seus respectivos cursos e formatado em série histórica abrangendo o período 2000-2003. A terceira aborda a autoavaliação do perfil e do desempenho dos estudantes no ENADE, aplicado em 2004. Esta Proposta de Auto-Avaliação recebeu **Comentário Tipo 1** no Parecer da Comissão Técnica em Avaliação do Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)(anexo 4)

É importante registrar que o projeto foi mantido com autonomia sob a coordenação e execução da CAVI. Na perspectiva de facilitar a interação entre a CPA e a CAVI, a presidência da CAVI tornou-se membro nato da CPA (anexos 5 e 6)

O SINAES introduziu mudanças no processo que a UFG vinha praticando. Por exemplo, (1) diferentemente do pressuposto da adesão voluntária, princípio mantido nas fases anteriores da avaliação institucional agora passou a ter caráter obrigatória; (2) por limites temporais restringiu-se a Unidades Acadêmicas (19 UAs) e por último (3) a avaliação externa, no contexto do SINAES, compete a esfera do INEP, deixando de ser realizada naquele momento.

Os (19) relatórios de autoavaliação das 21 unidades acadêmicas, que integraram os *campi* de Goiânia compõem a 3ª série avaliativa do projeto “*Avaliação Institucional: uma mudança em curso*” correspondente ao octênio 1998-2005.

Por ocasião da entrega, em dezembro de 2005, do Relatório de Autoavaliação 2001-2005 em cumprimento ao SINAES o processo de Avaliação Institucional da UFG concluiu mais uma importante etapa. Foi possível alcançar um diagnóstico mais completo do que acontece na realidade cotidiana da instituição e permitiu a CPA identificar possibilidades de ações futuras nas questões avaliadas: planejamento e treinamento; inter-relacionamento; atividades acadêmicas, comunicação entre outras. Além destas áreas foram identificadas e sugeridas, também, formas pedagógicas para a leitura dos dados do Censo e dos indicadores quantitativos. E em relação ao ENADE, foram feitas sugestões para o seu aprimoramento.

Em janeiro 2006 a nova gestão, referendando o programa implantado em 2002, elaborou uma proposta de resolução regulamentando o PGE. Esta proposta de resolução foi apresentada a comunidade acadêmica e sua institucionalização ocorreu por meio da Resolução CONSUNI Nº 10 de 28 de julho de 2006. A institucionalização do PGE, uma das possibilidades de ações futuras, dada pela CPA no **Relatório de Auto-Avaliação 2001-2005** na questão de planejamento, evidencia que a avaliação na UFG é entendida como processo. Desta maneira a implantação do SPGE bem a

implementação do PGE, dá início a um momento histórico na UFG, a do “Planejamento e avaliação: uma prática de gestão”.

A CAVI, com a missão de instituir na UFG uma cultura de avaliação orientada por princípios fundados no rigor ético, estético e político, tem as seguintes atribuições: (a) executar e coordenar a produção dos cadernos do PGE<sup>4</sup>, (b) realizar reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, sempre que convocadas pela presidência, (c) coordenar a sistematização do planejamento e da autoavaliação das Unidades Acadêmicas e Órgãos, (d) elaborar relatórios dos processos de planejamento e de autoavaliação das unidades acadêmicas e Órgãos, (e) apoiar/assessorar diretores de Unidades Acadêmicas e órgãos administrativos nos processos de planejamento/ autoavaliação, (f) organizar e manter documentos arquivísticos, bibliográficos e de consulta da CAVI, (g) manter atualizado o sítio da CAVI [www.prodirh.ufg.br/cavi](http://www.prodirh.ufg.br/cavi) e (h) produzir conhecimento a partir dos documentos produzidos nos processos de planejamento/avaliação<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup>A série CADERNOS DO PGE, cujo objetivo é o de contribuir para uma melhor compreensão da vida institucional da Universidade Federal de Goiás, constitui-se em um espaço público para socialização, debate e reflexão das questões que envolvem o processo de planejamento, avaliação e informação. Disponível em [www.prodirh.ufg.br](http://www.prodirh.ufg.br)

<sup>5</sup> Neste sentido ver *Uma experiência de avaliação institucional em universidade pública: o caso da Universidade Federal de Goiás* (Bevilacqua- Vieira, R.B. e Seraphin J.C., 2006) e *Implementação do Programa de Tutoria nos cursos de Engenharia Elétrica e Engenharia de Computação da Universidade Federal de Goiás* (Castro. R.N.A. e colabs., 2007)